

Rockfilosofia (MÁRCIA TIBURI)



Filósofos pelo mundo afora vêm se dedicando a compreender o fenômeno do rock. Na França e nos Estados Unidos, pensadores escrevem filosofias e ontologias do rock. No Brasil, Daniel Lins vem falando do encontro entre Bob Dylan e Gilles Deleuze. Esta que vos escreve trabalha em um diálogo/rock com o músico Thedy Corrêa. Podemos estabelecer diálogos entre bandas e estilos da vasta história do rock e filósofos da tradição. Podemos tentar entender o que há de filosófico nas letras, canções e performances do rock. A questão do rock é cultural e antropológica e, quando a tratamos como questão filosófica, há um mundo de reflexões a serem construídas.

Podemos vê-lo como questão de linguagem baseada em uma ontologia (do modo existência) da obra gravada. Podemos pensar também no que seria a filosofia depois do advento do rock, pois ele foi uma transformação tão radical da cultura quanto foram a psicanálise e o feminismo, a partir dos quais devemos também pensar a filosofia como experiência reflexiva de um tempo.

Podemos falar de rock como um “cogito do tempo”, como o chamou o filósofo francês Jean-Luc Nancy. Podemos também entender em que sentido o rock é ele mesmo uma expressão filosófica, um método como pensamento-ação-expressão e, nesse sentido, como a própria filosofia pode ser ela mesma um tanto “rock”. Ou rockfilosofia, aquela que, contagiada de rock, propõe pensar dançando, provocando, causando efeitos e livrando-nos de todo autoritarismo.

O grito elétrico como prática estética essencial

Foi Jean-Luc Nancy quem percebeu que o problema do rock já estava de certo modo posto na *República*, de Platão. No livro quarto da utopia platônica, a atenção à música é um problema de educação e de política. A ideia que vinga no texto é a de que é preciso cuidar do que os jovens ouvem, já que “não se podem mudar os modos da música sem abalar as mais importantes leis da cidade”.

Se os modos musicais são sistemas harmônicos que têm correspondência nos afetos é porque eles alteram o modo de ver o mundo. Alteram o sentimento e o comportamento dos jovens. Por exemplo, o modo dórico tem a ver com as virtudes cívicas; o frígio, com as virtudes guerreiras; o lídio, condenado por Platão, com os maus costumes e a embriaguez. A sensação de periculosidade do rock tem sua pré-história.

Nancy vê o rock como algo mais do que musical. Há nele determinado afeto, uma *pathos*. Tal *pathos* tem a ver com a força de contágio que as culturas – até mesmo Platão – perceberam estar na música. No caso do rock, esse *pathos* tem a ver com “eletricidade”. Tal é, para o filósofo francês, o signo sensível e simbólico do rock. A guitarra elétrica é o instrumento no qual ela se concentra. Ela é o meio que permite a “comunicação de energia” constitutiva do rock, que mudou nosso modo de escutar, de viver e de pensar.

Proponho que pensemos o rock como uma complexa prática estética que é também política e que, tendo sua própria especificidade ontológica como manifestação de vontade (no sentido da vontade da natureza de que falou Schopenhauer), afeta o sentido do mundo. Quero dizer que o que o rock traz ao mundo é uma autorização contra o autoritarismo. Ele faz isso por meio da prática estética que foi recalcada ao longo da história: o grito. A questão do grito é antiga. A importante obra sobre a escultura do Laocoonte, escrita por Lessing no século 18, põe uma questão simples: poderíamos chamar de bela a escultura, caso a boca de Laocoonte estivesse escancarada? A representação do grito de dor podia mostrar o feio na arte no lugar do belo. A compreensão da arte naquele tempo como representação da beleza – e o inevitável ocultamento – estaria comprometida.

Assim como a arte contemporânea, o que o rock vem fazer no contexto da cultura é justamente mostrar o que não deveria ser mostrado – o que abala a estrutura da cidade, como na *República*, de Platão. Seu índice é o grito. Como o *Uivo*, poema de Allen Ginsberg, poeta que encantava figuras como Bob Dylan. Só que o grito do rock não é apenas o uivo da poesia, não é apenas o grito da voz humana do cantor. Ele é o

grito da guitarra elétrica, da máquina, o grito que nenhum humano pode dar desde que o próprio humano emudeceu diante do processo histórico e da tecnologia. O grito do rock é elétrico, é o elétrico como grito. O grito ou a explosão do que, não devendo ser mostrado, todavia apareceu. Isso que nos encanta enquanto nos ensandece, nos irrita, nos afronta e, ao mesmo tempo, quer salvar alguma coisa em nós.

Salvar o quê? O grito é descarga da dor, a interpelação que obriga o outro a ouvir, mesmo quando o que ele diz é apenas mudez. O rock é o inconsciente musical, assim como a fotografia é o inconsciente ótico, na forma de um sintoma social elevado a fenômeno de massa de uma cultura marcada por uma ferida – um trauma – que não deixa de se abrir. Nesse contexto, que o rock sobreviva entre nós é um sinal de que ainda estamos vivos.

Revista CULT, junho de 2011.

Você prefere ser cego ou obeso? (GILBERTO DIMENSTEIN)

DIANTE DA QUESTÃO que está no título da coluna, 15% dos americanos disseram que prefeririam ser cegos a ser obesos; 25% achariam melhor até sofrer uma depressão grave, daquelas que tiram a vontade de sair da cama. Maluquice?

Se você tentar descobrir quanta gente a seu lado não deixa de fumar, arriscando-se a ter um câncer, com medo de engordar, verá como o estigma do peso produziu um distúrbio emocional coletivo. Pesquisadores da Universidade de Yale revelaram, na semana passada, os caminhos da nicotina no cérebro, capazes de explicar por que parar de fumar engorda. Dessa descoberta, surge a possibilidade de transformar a nicotina num medicamento que emagreça sem produzir tumor ou infarto.

Vivendo aqui, nos Estados Unidos, tenho a sensação de que nada parece ameaçar mais os americanos do que a obesidade. Na lista de temores nacionais, o excesso de gordura supera os terroristas, a China e até o desemprego. Mais um dado revelado na semana passada: um em cada cinco jovens americanos de 22 a 35 anos de idade sofre de hipertensão arterial. O obeso ganhou o estigma de ser contagioso, assim como já ocorreu com o portador do vírus da Aids ou com o leproso. Não exagero.

Uma pesquisa publicada neste ano por cientistas americanos, depois de muitos anos de observação, mostrou que a obesidade é contagiosa. Se alguém engorda, o padrão tende a disseminar-se entre seus familiares e amigos. Uma possível (e perversa) tradução disso é que se deveria ficar longe dos obesos e, supostamente em nome da saúde pública, discriminá-lo na seleção profissional. Obesos já têm mais dificuldade de conseguir emprego. Empresas de seguro médico estão discutindo uma taxa especial aos gordos, já que eles representam mais custos.

A epidemia do peso está servindo até para questionar o valor da chamada era da informação, na qual os Estados Unidos imperam com suas encantadoras invenções. Imagina-se que cada invenção digital vire menos calorias queimadas. Assim poderia ser visto o iPad, que produz tanta excitação.

Na semana passada, começou a ser comercializado mais um "revolucionário" aparelho para ler livros, com muito mais recursos. Na contabilidade de calorias, isso significa menos caminhadas até a banca de jornal ou a livraria. Esse tipo de contabilidade foi para dentro das empresas. Neste mês, foram divulgados estudos atribuindo às facilidades no ambiente de trabalho a responsabilidade pela epidemia de obesidade nos Estados Unidos. Entre elas, o e-mail.

Como já não têm tanta necessidade de se locomoverem para conversar com os colegas de trabalho, as pessoas gastam menos calorias. Uma série de facilidades no escritório convida os empregados a ficarem cada vez mais tempo sentados. As copiadoras ficaram baratas, estão sempre à mão. Dá para compartilhar e reescrever documentos em grupo na tela do computador.

Por dia, segundo os estudos, os americanos deixaram de perder, em média, cerca de 140 calorias por causa das novas tecnologias nos escritórios. Multipliquem-se 140 calorias diárias por dez anos e tem-se aí mais uma explicação, entre várias - como o *fast food* e o abuso da internet e da televisão-, para o fato de haver um obeso em cada três americanos. A preocupação vai produzindo as mais diferentes respostas, como a proibição da comercialização de brinquedos embalados com alimentos muito calóricos, o estímulo ao aumento das aulas de educação física nas escolas ou a mudança da alimentação nas escolas.

Aparecem até ideias radicais. Em alguns Estados, está em debate a possibilidade de cobrar um imposto diferenciado de empresas que vendem determinados alimentos (refrigerantes, por exemplo), drenando os recursos para programas que façam as pessoas se mexerem mais.

PS- Se as prefeituras no Brasil ajudassem a conservar e a alargar as calçadas, além, é claro, de melhorar o transporte público, já fariam um belo serviço de civilidade comunitária que estimularia as pessoas a andar a pé. Mais um argumento para os que acham que as cidades devem limitar cada vez mais o tráfego do veículo privado.

Folha de São Paulo, junho de 2011.

Desinformação e deformação (ADIB D. JATENE)

NO ARTIGO "Hospital das Clínicas, outro lado da moeda", publicado nesta página no dia 6 de junho, existem afirmativas e conceitos, a meu ver, equivocados, que caracterizam desinformação que deforma o entendimento. Em nenhum lugar na legislação federal brasileira está escrito que o atendimento do SUS deve ser gratuito.

Ao contrário, no parágrafo 2º do art. 2º da lei nº 8.080, de 18 de setembro de 1990, está especificado: "O dever do Estado não exclui o das pessoas, da família, das empresas e da sociedade".

Quando alguém, segurado em plano de saúde ou paciente privado, é atendido em hospital público e paga valores equivalentes aos que pagaria na rede privada, é desinformação dizer que os equipamentos e as instalações públicas estão a serviço do privado.

Dizer que "a Fundação Zerbini resolveu aumentar sua capacidade, para atender clientes privados e de convênios, levantou volumoso empréstimo com o BNDES, construiu o InCor 2, belíssimo prédio, destinado só para esse tipo de atendimento, não conseguiu pagar as contas e a dívida foi assumida pelo governo do Estado, obedecendo àquela velha fórmula de individualização do lucro e socialização do prejuízo" chega às raias do inacreditável.

Pessoas com a responsabilidade dos autores não podem fazer afirmativas que afrontem a realidade dos fatos. O prédio construído pela Fundação Zerbini não é dela, mas, sim, do Estado. A participação da Fundação, buscando empréstimo com o BNDES, foi sugerida pelo então governador Mário Covas, que estava comprometido em terminar duas dezenas de hospitais com obras paralisadas havia vários anos e que, por isso, sugeriu que a Fundação construísse o prédio, que seria, como é efetivamente, patrimônio do Estado.

Quando do início do vencimento das parcelas, encontrar-se-ia uma forma de o Estado ajudar, já que recebia prédio de 15 andares sem gastar nada, deixando todo o ônus com a Fundação, que prestava, assim, enorme benefício ao Estado.

Infelizmente, o governador Covas faleceu e, como me disse o governador Lembo, não deixou testamento. Por isso, o equacionamento da dívida só foi feito quando o governador José Serra assumiu, ainda assim se responsabilizando pela metade do empréstimo, sendo que o restante vem sendo pago em dia pela Fundação. As dificuldades financeiras da Fundação Zerbini, de apoio ao InCor, não foram consequência do prédio, mas principalmente da decisão de fazer o prédio funcionar com a contratação de 1.500 funcionários e demais despesas feitas não pelo Estado, como seria o adequado, mas pela própria Fundação.

A afirmativa de que o novo prédio foi feito para atender pacientes de convênio e particulares é inaceitável. Aproximadamente 10% do prédio se destina a atender doentes de convênio e particulares, sendo que três andares são utilizados para os mais avançados laboratórios de pesquisa do país. Outros três andares são para garagens, e os demais incorporam terapia intensiva, unidade coronária e demais instalações, na maioria para clientes do SUS.

Sempre que leio um artigo como o publicado na Folha me pergunto se os autores defendem o SUS ou, na verdade, os hospitais privados. É como se dissessem: clientela que paga melhor e viabiliza financeiramente os hospitais deve ser exclusiva de hospitais privados, e os hospitais públicos que se virem com o que o SUS paga, sabidamente insuficiente.

Como os signatários do artigo não se incluem nessa categoria, é incompreensível que expressem tamanha desinformação, deformando de maneira grosseira os fatos.

ADIB D. JATENE, cardiologista, é professor emérito da Faculdade de Medicina da USP e diretor-geral do Hospital do Coração. Foi ministro da Saúde (governos Collor e FHC), secretário da Saúde do Estado de São Paulo (gov. Maluf) e diretor do InCor. **Folha de São Paulo, junho de 2011.**

Meu irmão Kierkegaard (LUIZ FELIPE PONDÉ)

QUANDO VOCÊ estiver lendo esta coluna, estarei em Copenhague, Dinamarca, terra do filósofo Soren Kierkegaard (1813-1855), pai do existencialismo. Ao falarmos em existencialismo, pensamos em gente como Jean-Paul Sartre, Simone de Beauvoir, Albert Camus, tomando vinho em Paris, dizendo que a vida não tem sentido, fumando cigarros Gitanes.

O ancestral é Pascal, francês do século 17, para quem a alma vive numa luta entre o "ennui" (angústia, tédio) e o "divertissement" (divertimento, distração, este, um termo kierkegaardiano). O filósofo dinamarquês afirma que nós somos "feitos de angústia" devido ao nada que nos constitui e à liberdade infinita que nos assusta. A ideia é que a existência precede a essência, ou seja, tudo o que constitui nossa vida em termos de significado (a essência) é precedido pelo fato que existimos sem nenhum sentido a priori.

Como as pedras, existimos apenas. A diferença é que vivemos essa falta de sentido como "condenação à liberdade", justamente por sabermos que somos um nada que fala. A liberdade está enraizada tanto na indiferença da pedra, que nos banha a todos, quanto no infinito do nosso espírito diante de um Deus que não precisa de nós.

O filósofo alemão Kant (século 18) se encantava com o fato da existência de duas leis. A primeira, da mecânica newtoniana, por manter os corpos celestes em ordem no universo, e a segunda, a lei moral (para Kant, a moral é passível de ser justificada pela razão), por manter a ordem entre os seres humanos. Eu, que sou uma alma mais sombria e mais cética, me encanto mais com outras duas "leis": o nada que nos constitui (na tradição do filósofo dinamarquês) e o amor de que somos capazes. Somos um nada que ama.

A filosofia da existência é uma educação pela angústia. Uma vez que paramos de mentir sobre nosso vazio e encontramos nossa "verdade", ainda que dolorosa, nos abrimos para uma existência autêntica. Deste "solo da existência" (o nada), tal como afirma o dinamarquês em seu livro "A Repetição", é possível brotar o verdadeiro amor, algo diferente da mera banalidade. É conhecida sua teoria dos três estágios como modos de enfrentamento desta experiência do nada. O primeiro, o estético, é quando fugimos do nada buscando sensações de prazer.

Fracassamos. O segundo, o ético, quando fugimos nos alienando na certeza de uma vida "correta" (pura hipocrisia). Fracassamos. O terceiro, o religioso, quando "saltamos na fé", sem garantias de salvação. Mas existe também o "abismo do amor". Sua filosofia do amor é menos conhecida do que sua filosofia da angústia e do desespero, mas nem por isso é menos contundente.

Seu livro "As Obras do Amor, Algumas Considerações Cristãs em Forma de Discursos" (ed. Vozes), traduzido pelo querido colega Álvaro Valls, maior especialista no filósofo dinamarquês no Brasil, é um dos livros mais belos que conheço. A ideia que abre o livro é que o amor "só se conhece pelos frutos". Vê-se assim o caráter misterioso do amor, seguido de sua "visibilidade" apenas prática. Angústia e amor são "virtudes práticas" que demandam coragem.

Kierkegaard desconfia profundamente das pessoas que são dadas à felicidade fácil porque, para ele, toda forma de autoconhecimento começa com um profundo entristecimento consigo mesmo. Numa tradição que reúne Freud, Nietzsche e Dostoiévski (e que se afasta da banalidade contemporânea que busca a felicidade como "lei da alma"), o dinamarquês acredita que o amor pela vida deita raízes na dor e na tristeza, afetos que marcam o encontro consigo mesmo. Deixo com você, caro leitor, uma de suas pérolas:

"Não, o amor sabe tanto quanto qualquer um, ciente de tudo aquilo que a desconfiança sabe, mas sem ser desconfiado; ele sabe tudo o que a experiência sabe, mas ele sabe ao mesmo tempo que o que chamamos de experiência é propriamente aquela mistura de desconfiança e amor... Apenas os espíritos muito confusos e com pouca experiência acham que podem julgar outra pessoa graças ao saber." Infelizes os que nunca amaram. Nunca ter amado é uma forma terrível de ignorância.

ponde.folha@uol.com.br - Folha de São Paulo, junho de 2011.

SEXO & SAÚDE

Má alimentação causa menstruação precoce (JAIRO BOUER)

NOVO ESTUDO norte-americano revelou que a falta de atividade física no ambiente de trabalho pode ser um dos responsáveis pela explosão dos casos de obesidade no país. Hoje só um em cada cinco americanos faz bastante atividade física no emprego. Há cinco décadas, metade dos americanos suava a camisa diariamente.

O que você tem a ver com isso? Passar horas sentado na frente do computador, navegando na internet, e da TV, fast-food, latas de refrigerante, muito controle remoto e botões, carro em vez de caminhadas e de bicicleta, pouca atividade física na escola, tudo isso também tem feito com que mais crianças cheguem obesas à adolescência e, também, que mais adolescentes alcancem a vida adulta com o peso elevado. Uma consequência direta desse fenômeno foi verificada em outro estudo da semana passada, no Reino Unido. Está ocorrendo uma antecipação da primeira menstruação na vida das garotas. Se antes a idade estava ao redor dos 13 e 14 anos, hoje, ela chega, em média, aos 12 anos. As garotas mais pobres estão menstruando ainda mais cedo do que as mais ricas, provavelmente pela pior qualidade de sua alimentação. Quanto mais cedo se alcança um determinado nível de gordura corporal, mais cedo a garota fica exposta à ação dos hormônios femininos. Assim, mudanças corporais chegam antes e, como consequência, a menstruação também. Além da diminuição da estatura final (a garota pode ficar mais baixa), há um maior risco de problemas de saúde na vida adulta. É fundamental que hoje ocorra um maior nível de atividade física no dia a dia do jovem, bem como uma dieta alimentar de melhor qualidade (com menos frituras e doces, e com mais frutas, verduras, legumes e grãos).

Em tempo, há duas semanas, nos EUA, a tradicional pirâmide alimentar (modelo que explicava qual era o cardápio alimentar correto) foi substituída por um prato que mostra o que é uma dieta saudável. Ficou mais fácil entender! Cheque em choosemyplate.gov.

jbouer@uol.com.br - Folha de São Paulo, junho de 2011.

A (in)justiça Nossa e a dos Outros (MALU FONTES)

MENOS DE UM MÊS após a TV mostrar o desfecho pífilo do caso Pimenta Neves, um assassino, réu confesso, julgado, condenado e mesmo assim conseguindo viver mais de 12 anos confortavelmente em seu apartamento, graças a todas as benesses possibilitadas por incontáveis recursos jurídicos solicitados e aceitos por seus advogados em todas as instâncias do Poder Judiciário, a leniência veio à tona outra vez, agora tendo como protagonista o ex-jogador Edmundo, o animal. Uma vez animal, sempre animal. Embriagado até o último neurônio em 1995, Edmundo causou um acidente de trânsito no qual três pessoas morreram e três ficaram feridas.

Acusado de homicídio culposo e condenado por isso, Edmundo foi então preso e punido pelo crime por apenas 24 horas. Desde então, Edmundo vive solto e serelepe, com o processo dando mil voltas, graças à habilidade dos seus advogados. E é bom dizer que estes fazem tão somente aquilo que a lei permite que seja feito, ou seja, estão mais do que no direito de proteger até o último instante seus clientes da punição.

Esta semana, após uma montanha de recursos que já favoreceram a liberdade do acusado terem se exaurido, finalmente foram expedidos cinco mandados de prisão contra Edmundo, endereçados aos cinco endereços do atleta no Rio de Janeiro. Não encontrado em nenhum deles, supostamente por orientação advocatícia, o ex-jogador foi classificado na categoria de foragido da Justiça até ser preso em um flat em São Paulo na madrugada de quarta para quinta-feira. Enquanto isso, seu advogado, um dos mais estrelados criminalistas do país, Artur Lavigne, que tem entre seus clientes Edir Macedo, dava repetidas entrevistas onde usava sua principal tese para sustentar a prisão do animal como um equívoco: 15 anos depois, o crime/a condenação já prescreveu. Ou seja, já passou tempo demais do ocorrido para que, a essa altura, Edmundo vá para a cadeia por um acidentezinho ocorrido lá em meados dos anos 90.

ROUBAR SEXO - Como querer que um telespectador médio compreenda que a Justiça faz justiça se alguém que causa a morte de 3 pessoas pode, porque tem recursos e bons advogados, 15 anos depois, argumentar que não deve mais ir para a cadeia, cumprir pena só porque já passou tempo demais do ocorrido? As vítimas ressuscitaram? A morte delas também prescreveu, sendo um evento tão trágico que fez com que famílias tenham visto e sentido a desapareição para sempre do mundo só porque um garotão bêbado e irresponsável em seu carrão caro e possante barbarizava numa madrugada carioca baladeira?

Só para uma comparação incomparável com a Justiça dos outros, o todo poderoso boss do FMI entrou em cana em Nova York, sem direito a fiança, foi obrigado a se demitir do emprego e agora está presinho domiciliarmente nos Estados Unidos (e não em seu país, na França, com uma tornozeleira eletrônica para não fugir e com cerca de cinco milhões em bens penhorados como garantia para o caso de, mesmo assim, tentar escafeder-se). E tudo isso porque tentou roubar sexo de uma camareira de um hotel cinco estrelas.

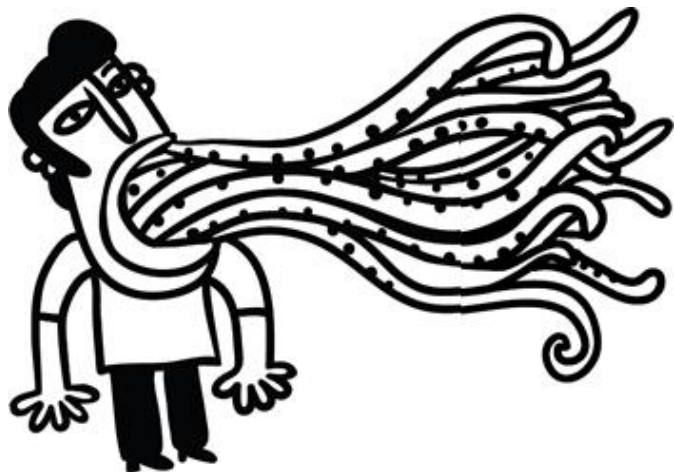
ESTUPRO - Um caso mais ilustrativo ainda de que, na Justiça dos outros, a prescrição do crime e da pena é um palavão comumente desprovido de sentido, é o do cineasta polonês Roman Polanski. Em 1977, sim na década de 70, Polanski teria dado umas doses de bebida e de outras cositas a uma menina de 13 anos e depois fizeram sexo. Acusado de estupro, saiu fugido dos Estados Unidos e, se colocar o pé em solo americano, será detido. Aliás, praticamente detido está, pois em 2009, ao receber um prêmio na Suíça, o cineasta foi preso e está, desde então, proibido de deixar o país, uma vez que a Suíça tem tratado de extradição com os EUA e este busca todos os dias extraditá-lo para cumprir a pena. A moça há muito já perdoou Polanski, nunca admitiu que o sexo foi forçado (a acusação foi da família, pela idade da menina), o cineasta a indenizou com alguns milhares de dólares, o processo criminal já foi extinto, mas o processo penal, enquanto ele for vivo, não prescreverá. A acusação de estupro foi feita quando Polanski tinha 43 anos. Hoje, caminha para os 78. E se vivo aos 100, não alcançará a prescrição do crime de que foi acusado nos anos 70.

A leniência da Justiça brasileira com quem tem recursos (financeiros) para comprar recursos (jurídicos) torna-se ainda mais emblemática quando se vê, sobretudo nos veículos de comunicação voltados para as pessoas de menor renda, um verdadeira convocação explícita para exterminar, seja com pena de morte, com prisão de qualquer jeito e sem julgamento ou com tiros da polícia, os infratores pretos e pardos sem sapatos sobre os quais ninguém pergunta como e por que foram parar onde pararam. Quem vai ensinar o telespectador comum, o da TV aberta, massiva, e ser crítico diante de uma TV que pouco diz de um sistema que permite que Edmundo e Pimenta Neves fiquem cerca de uma década e meia livres, mesmo quando acusados e culpados por mortes, e, ao mesmo tempo, essa mesma TV fica praticamente berrando ininterruptamente para que a Polícia vá prender restos humanos nas cracolândias e exhibe sem trégua imagens de presos desdentados em fundos de camburão?

MALU FONTES é jornalista, doutora em Comunicação e Cultura e professora da Facom-UFBA. Texto publicado originalmente em 19 de junho de 2011, no jornal A Tarde, Salvador/BA. maluzes@gmail.com

A eloquência da mentira (ANDREA BANDEIRA)

A MITOMANIA é uma tendência patológica relacionada ao hábito de mentir. O mitômano, diferente do mentiroso, cria suas histórias verossímeis e muito bem construídas, a fim de suprir alguma necessidade interior



A Pseudologia fantástica, mitomania ou mentira patológica são termos utilizados por psiquiatras para definir o comportamento habitual do mentiroso compulsivo. Esse comportamento foi descrito pela primeira vez na literatura médica em 1891, pelo psiquiatra alemão Anton Delbrueck. Mentira patológica pode ser definida como a falsificação totalmente desproporcional para qualquer finalidade em vista, que pode se manifestar ao longo de um período de anos ou durante toda a vida.

Normalmente, as mentiras dos mitomaníacos, ou mitômanos, estão relacionadas aos assuntos específicos, porém podem ser ampliadas e atingir outros assuntos, em casos considerados mais graves. Justamente por não possuírem consciência plena do que se passa com eles, os mitômanos acabam por iludir os outros em histórias de fins únicos e práticos, com o

intuito de suprirem aquilo que falta em suas vidas. É considerada uma doença grave, necessitando que o seu portador obtenha grande atenção por parte dos amigos e familiares.

Para Philippe Jeammet, professor titular de Psiquiatria da Criança e do Adolescente da Universidade de Paris, os casos evidenciam comportamentos mitômanos que não têm nada de verdadeiramente novo, a não ser a divulgação pela mídia de que foi objeto, isso, antes mesmo que se descobrisse que os fatos alegados não ocorreram. "A maioria das mitomanias é bem construída e se alimenta de histórias verossímeis", explica Jeammet. "Assim, é lógico que as pessoas próximas se deixem atrair para o jogo, pois não podemos de todo modo começar a suspeitar que todos são mitômanos", conclui.

Para saber mais

Difícil diagnóstico e tratamento

Não se sabe ao certo os motivos pelos quais a mitomania se manifesta. Primeiro, porque acarreta milhares de fatores sociopsicológicos da pessoa afetada e, segundo, porque enfatiza uma situação social, podendo, então, mostrarse eventual, dependendo das circunstâncias presentes na época em que o indivíduo está vivendo. Na maioria das vezes, é por desejo de aceitação daqueles que o rodeiam. A cura do indivíduo reside muitas vezes na criação de um quadro de cuidados que associa tratamento combinado: medicamentoso e psicoterapêutico. Tal acompanhamento torna-se a parte mais importante, sendo realizado pelas pessoas que rodeiam o mitômano e que ele mesmo requisitou para ajudá-lo, com o profissional responsável. É importante nunca negar a ele tal acompanhamento, sendo esta a chave para a cura.

Mentira na infância

"O surgimento, em 1905, do conceito de mitomania infantil leva a matizar o otimismo do discurso sobre a proteção à criança", resume o historiador Jean-Jacques Yvorel em sua apresentação na segunda edição da revista francesa *Le Temps de l'Histoire*, dedicada à repressão da violência contra crianças. Dupré, responsável pela criação do termo, quer dar uma demonstração científica para justificar a reserva expressa pela medicina legal de sua época contra a capacidade da palavra da criança. Ele vai fundamentar sua demonstração em bases teóricas, às quais aderem na época tanto alienistas quanto pedagogos.

A teoria de Dupré repousa em um postulado básico: a infância corresponde a um estado primitivo da vida, no qual a imaturidade biológica produz uma imaturidade mental, comparável a certo grau de debilidade. Em outros termos, na criança, a mentira é uma constante de natureza quase biológica. Segundo Dupré, todas as crianças mentem habitual e naturalmente. Essa característica só assume um caráter patológico em alguns casos. "Pode ser considerada patológica quando leva a uma necessidade de repetição", explica o professor Philippe Jeammet do Instituto Mutualiste Montsouris, em Paris. Ainda de acordo com o professor, o mitômano sempre sabe, no fundo, que o que ele diz não é totalmente verdadeiro.



A mitomania foi descrita pela primeira vez na literatura médica em 1891, pelo psiquiatra alemão Anton Delbrueck (foto)



"Na mitomania, a mentira é uma finalidade em si", salienta o professor Jeammet. "Esse distúrbio tem sua origem na supervalorização de suas crenças em função da angústia subjacente." A criança inclinada à mitomania e que constata que sua mentira é entendida como verdade, de acordo com os psiquiatras infantis tem um sentimento de prazer e de poder que pode facilmente incitá-la a recommençar.

Há relato de caso de criança que estudava em uma escola de crianças com um nível social mais elevado e que se sentia inferior por causa disso. Ela, então, começa a contar histórias de viagens e passeios maravilhosos que fazia. À medida que os colegas acreditam em suas histórias e ela começa a se sentir aceita e interessante, passa a contar cada vez histórias mais incríveis.

Outras consequências

Ao serem expostos, os casos de mitomania tornam-se vergonhosos. Todavia, os mitômanos que buscam ajuda por vontade própria, pedindo a seus familiares e principalmente aos seus amigos, são considerados extremamente raros, pois eles conseguem perceber que estão sofrendo de um mal e desejam, acima de tudo, curar-se. O papel dos companheiros se torna extremamente importante na vida do indivíduo doente, já que eles que irão indicar os pontos e erros.

O indivíduo, ao não obter o apoio necessário ou ao ser recusado naquele grupo que participava, acaba por ser excluído de seus gostos e se vê sem aquilo que ama e deseja. Casos comuns demonstram que mitomaníacos envergonhados de si, pelo porte de sua doença, infligem-se o óbito quando abandonados por um parceiro, que não compreende a sua doença e o abandona, não acreditando na possibilidade de uma cura ou não restabelecendo os laços afetivos de antes.

O mitômano, principalmente aquele que reconhece sua doença e é abandonado por quem o rodeia, tende a apresentar piora no quadro, acarretando desejos inconstantes, profunda melancolia, depressão e desejo de suicídio. Dizer a verdade é um sofrimento para quem tem mitomania, uma forma de desequilíbrio psíquico caracterizado essencialmente por declarações mentirosas, vistas pelos portadores da doença como realidade. O mitômano geralmente acredita em sua própria história e a toma como fato. Essa característica faz que ele afirme um falso acontecimento com tanta certeza, que acaba por convencer seu ouvinte. Com o tempo, é natural as pessoas que rodeiam um mitômano perceberem a mentira. Porém, mais importante do que identificar a ação repetida de mentir, é reconhecer este ato como uma doença patológica.

Justamente por não possuírem consciência plena do que se passa com eles, os mitômanos acabam por iludir os outros em histórias de fins únicos e práticos, com o intuito de suprirem aquilo que falta em suas vidas

Diferenças importantes

Podemos dizer que o discurso do mitômano é muito diferente daquele do mentiroso ou do fraudador, que tem finalidades práticas. Para estes, o objetivo não é a mentira, sendo ela apenas um meio para outros fins. Para os mitômanos, a mentira é uma forma de consolo por algum motivo criado em sua mente.

Esse distúrbio tem sua origem na supervalorização de suas crenças em função da angústia subjacente que está muitas vezes unida à angústia profunda, ao transtorno obsessivo-compulsivo (TOC) e à depressão.



• Suporte narcísico •

No filme *VIPs* - histórias reais de um mentiroso, o ator Wagner Moura interpreta Marcelo Nascimento da Rocha, atualmente preso por estelionato. A narrativa baseada em fatos reais, mostra a dificuldade de Marcelo em viver sua identidade. Seu prazer era imitar pessoas e se passar por elas. Na análise psicológica, ele é acometido por um transtorno de personalidade em que o sujeito cria um mundo imaginário, no qual as mentiras contadas em série definem a doença conhecida como mitomania



O mitômano passa a contar histórias que não são totalmente improváveis e muitas vezes têm algum elemento de verdade. Em certo grau da doença, a pseudologia fantástica pode também apresentar a síndrome de falsas memórias

Vamos usar como exemplo clínico o caso de uma criança vítima de violência física de um pai alcoólatra. O pai, sempre que estava bêbado, a espancava. A criança passou a desenvolver um quadro depressivo e a apresentar em momentos que se sentia muito ansiosa, alguns comportamentos obsessivo-compulsivos. Começou, a partir daí, a contar histórias na escola de como tinha um relacionamento maravilhoso com o pai, que passeava com ele no final de semana, que iam à praia e jogavam futebol juntos. Apesar de o mitômano sabe que o que ele diz não é totalmente verdade, ele também sabe que isso deve ser verdade para que lhe garanta um equilíbrio interior suficiente. Em determinado momento, a pessoa prefere acreditar em sua realidade mais que na realidade objetiva exterior. Ela tem a necessidade de contar essa história para se sentir tranquilizada e de acordo consigo mesma. Em geral, essa manifestação deve-se à profunda necessidade de apreço ou atenção.

Dizer a verdade é um sofrimento para quem tem mitomania, uma forma de desequilíbrio psíquico caracterizado essencialmente por declarações mentirosas, vistas pelos portadores da doença como realidade

As características do comportamento pseudológico fantástico consistem em histórias contadas que não são totalmente improváveis e muitas vezes têm algum elemento de verdade. Elas não são uma manifestação de delírio ou algum tipo de psicose mais intensa: durante o confronto, o contador pode admitir que elas sejam inverídicas, mesmo que a contragosto. A tendência mentirosa é duradoura e não é provocada pela situação imediata ou pressão social, tanto quanto ela se origina de vontade inata da pessoa para agir em conformidade com algo ou alguém.



Casos comuns demonstram que, ao serem expostos na mentira, mitomaniacos sentem-se envergonhados, porém, a busca de ajuda por vontade própria é rara

Definitivamente, o comportamento do mitômano é causado em decorrência de um motivo interno. As histórias contadas tendem a apresentar o mentiroso favorável. Por exemplo: a pessoa pode ser apresentada como sendo fantasticamente corajosa, saber sobre algo importante ou estar relacionada com muitas pessoas famosas.

A pseudologia fantástica pode também apresentar a síndrome de falsas memórias, em que o doente realmente acredita que os eventos fictícios tenham ocorrido, independentemente de serem eventos fantasiosos. O doente pode acreditar, por exemplo, que tenha cometido atos sobre-humanos de altruísmo e amor ou atos igualmente grandiosos do mal diabólico, como o caso da criança que dizia, em alguns momentos, conversar com o diabo e que, nesses momentos, ela tinha o poder, que o diabo lhe dava, sobre a vida e a morte das pessoas. Assim, ela podia decidir quem iria viver e quem iria morrer.

Entre ficção e realidade

No entanto, outra faceta do distúrbio se apresenta quando o doente é repetidamente solicitado a recitar listas de supostas injustiças contra os outros. Estes eventos ocorrem quando uma pessoa está confinada involuntariamente e privada de sono. Estas duas condições (confinamento, por qualquer motivo, e privação de sono) são momentos que vivenciados como excessivamente estressantes e que alteram a capacidade de raciocínio.

Não existe o termo pseudologia fantástica, mitomania ou mentira patológica em nenhuma das edições dos manuais diagnósticos (CID-10 e DSM-IV), dificultando assim os estudos epidemiológicos. Segundo o psiquiatra holandês Delbruck Wiersma, deve haver alguma evidência de um prejuízo na distinção entre ficção e realidade para se realizar um diagnóstico de pseudologia fantástica ou mitomania. Por outro lado, a pessoa que possui o hábito de mentir deve manter alguma capacidade de reconhecer sua trapaça ao ser confrontada com as evidências. No entanto, eles buscam frequentemente mudar suas histórias, diferenciando dos quadros delirantes. Além disso, as histórias na pseudologia fantástica são primariamente estimuladas por motivos internos, psicológicos (ex: regulação da autoestima ou realização de fantasias), mais do que por motivações externas (ex: ganho financeiro ou preocupação em evitar punições). Infelizmente, poucos estudos têm se dedicado à questão, permanecendo a dificuldade para diagnóstico desses casos.



Na mitomania, o discurso é muito diferente do mentiroso fraudador. Este tem a mentira atrelada a algum ganho material. Já para o mitômano, a mentira é uma forma de consolo criado em sua mente

Andrea Bandeira é psicóloga graduada pela PUC-RJ, psicoterapeuta com formação fenomenológico-existencial pelo Núcleo de Psicoterapia vivencial (NPV), especialização em Psicossomática pelo Instituto de Medicina Psicossomática (IMPSIS), extensão em Neuropsicologia pelo Centro de Neuropsicologia Aplicada (CNA), especialização em Neuropsicologia pela Santa Casa de Misericórdia (RJ) e Neuropsicóloga do Grupo Sanare Saúde Integrada (21.2494-7004 - www.gruposanare.com). **Revista PSIQUE, junho de 2011.**

Referências

WIERSMA, D. On pathological Lying (1933); *J. Pers.* 2: 48-61 **BIRCH, CD; KELLN, BRC; AQUINO, EPB.** A review and case report of pseudologia fantástica (2006); *J. Forens Psychiatry Psychol.* 17: 299-320 **DIKE, CC; BARANOSKI, M; GRIFFITH, EE** (2005). "Pathological lying revisited". *The Journal of the American Academy of Psychiatry and the Law* 33 (3): 342-9

O carimbo do bullying (VANESSA FAGIONATTO VICENTIN)



Prof. Lucas Rocha

Foto: Ana Carolina Fernandes/Folhapress

A mãe de Letícia está preocupada com a filha. Várias vezes ela foi chamada para buscá-la na escola, porque a garota apresentava queixas de dor de cabeça. Além disso, as notas da menina, que sempre foram boas, decaíram. Percebeu também que a filha já não se interessa em participar das festas de aniversário dos colegas da escola.

Questionada pela mãe, Letícia não relata o que está acontecendo. No entanto, Letícia está sendo alvo de bullying. Com sobrepeso, ela é ironizada por dois garotos de sua classe – a chamam de "baleia". Letícia teve crises de choro na escola, após vários episódios de sátiras.

O termo bullying tem sido citado por pais, professores, profissionais de comunicação e até mesmo entre as crianças. Mas, afinal, o que é bullying? Segundo a precursora do tema no País, a professora Cléo Fante, o bullying é um fenômeno tão antigo quanto o surgimento da escola. Desde que existe agrupamento de crianças, existe bullying. O termo inglês é traduzido como maltrato entre pares e designa a prática de atos agressivos de um ou mais autores contra uma pessoa que será um alvo.

Atualmente, em razão de inúmeros casos de violência na escola apresentarem sinais de bullying, existe uma grande e talvez excessiva preocupação em relação ao tema. Por exemplo, a tragédia de Realengo traz indícios de que o agressor tenha sido alvo de bullying. O fenômeno bullying pode ter favorecido a sua reação vingativa em relação à escola? Sim, pode ter favorecido, mas não determinado. O que determinou a ação do autor foi a sua personalidade desequilibrada.

Sem compreender essa situação, muitos pais e educadores entram em desespero e acreditam que tudo é bullying, confundindo o mesmo com as situações de conflitos interpessoais, fundamentais para o desenvolvimento psicológico da criança e do adolescente. Dia desses, uma professora relata que um garoto de 7 anos chamava uma colega de classe de "gorda" e a mãe da criança, que chegava para buscá-la e ouvia o comentário, disse: "Olha! Isto é bullying! É crime". A preocupação da professora com o imprevisto foi com o fato de que a garota havia provocado o colega anteriormente e a agressão foi isolada, o que não se configura bullying.

Conflitos Necessários

É importante salientar que a maioria das ações agressivas na escola tem relação com os conflitos, e não com o bullying. Conflitos interpessoais são situações naturais de desacordo entre as pessoas e necessários ao desenvolvimento de crianças e adolescentes. É por meio dos conflitos que eles têm a chance de aprender a se colocar no lugar do outro e a falar o que pensam e sentem de forma respeitosa. Na visão construtivista, as crianças não nascem sabendo dialogar e trocar pontos de vista de forma harmônica. É natural que agredam ou permitam ser agredidas até que cheguem à conclusão de que existem formas mais evoluídas de resolver desentendimentos interpessoais. Portanto, os alunos batem, xingam, ironizam, acusam injustamente como forma de resolver muitos conflitos. Contudo, o outro envolvido no desacordo bate, xinga, ironiza, acusa injustamente como forma de defesa. Em outros termos, envolve uma relação de igualdade. Diferentemente do bullying que envolve uma criança que se sente com pouco poder e fica sendo alvo de outra que se sente com muito poder, envolve uma relação de desigualdade.

Apesar da maior frequência dos conflitos interpessoais na escola, quando comparados ao bullying, os danos para o segundo podem causar marcas quase irreversíveis na personalidade dos envolvidos. Por esse fato, e por ser um fenômeno silencioso diante das figuras de autoridade, a comunidade escolar deve se mobilizar, já que o bullying não é brincadeira.

As consequências são inúmeras para os personagens. Para o alvo de bullying os problemas físicos decorrentes do estresse, o isolamento, tristeza, ansiedade e dificuldades escolares são algumas das implicações imediatas. Futuramente, o alvo de bullying que não recebeu tratamento pode ser constantemente envolvido em situações cíclicas de maltrato. Tende a ser alvo de abuso no trabalho, nos relacionamentos amorosos e nas amizades. -Depressão, suicídio e vingança são algumas alternativas para o alvo de bullying. Para o autor de bullying, a hostilidade e as atitudes desafiadoras em relação às figuras de autoridade são bastante comuns. As atitudes de humilhação tendem a ser cíclicas em outras relações como a família e o trabalho.

Ainda que as consequências sejam preocupantes, alguns podem dizer que, em uma classe, uma criança é alvo de bullying ou às vezes nenhuma. Para que tamanho alarde? Nem todas as crianças que foram agredidas sairão metralhando criancinhas na fase adulta. Muitos vão superar, tornando-se pais de família e trabalhadores responsáveis. Será que a preocupação é excessiva e estamos transformando as exceções em regras?

O Papel dos Alunos e da Escola

Nossa maior preocupação: a formação dos alunos. Autor, alvo e plateia de bullying mostram uma evidência que pode não estar muito explícita para as pessoas: sérios problemas na construção de valores como justiça e respeito mútuo. O autor tem dificuldade de respeitar o próximo. O alvo, de colocar o seu valor ao outro. E a plateia... a maioria dos alunos que riem ou apenas assistem à humilhação e nada fazem diante do maltrato apresenta dificuldade de se indignar com o desrespeito. Em outros termos, em uma situação que envolve um autor e um alvo, nós temos evidências de dezenas de alunos com problemas na formação moral. O que os educadores fazem quando sabem de um caso de bullying? Suspendem e advertem o autor e poupam o alvo. Nem se dão conta de que existe uma plateia. É preciso entender que o autor de bullying é alguém que também precisa de ajuda. Ele não é um criminoso. Os educadores precisam limitar a sua ação com respeito. Só assim ele entenderá a necessidade desse princípio. Existem ações diretas que podemos

realizar quando surge o problema e ações indiretas. Entrevistas individuais com o autor e alvo para realizar acordos entre as partes, encorajar o autor a reparar a sua ação e as sanções por reciprocidade caso o autor rescinda a agressão são algumas estratégias diretas utilizadas quando o problema já ocorreu. Trabalho com assembleias escolares, discussão de conflitos hipotéticos e de dilemas morais e trabalho com sentimentos são procedimentos indiretos que a escola precisa adotar sistematicamente para favorecer a formação moral dos alunos.

Esses últimos procedimentos não devem ser usados apenas para prevenir o bullying. Devem constar para que os alunos possam construir recursos cognitivos e afetivos mais evoluídos, visando resolver os conflitos que todos enfrentarão. A escola muitas vezes fica preocupada apenas com o bullying. A preocupação deve ser maior: como formar pessoas que respeitam e se fazem respeitar, seja em situações de bullying, de conflitos ou de indisciplina e incivildades. A preocupação, portanto, é necessária, mas não restrita ao bullying, e sim à formação moral dos alunos.

VANESSA FAGIONATTO VICENTIN é doutora em Psicologia escolar e desenvolvimento humano e professora de pós-graduação da Unifran. **Revista Carta na Escola, junho de 2011.**

Por que acaba um casal? (CONTARDO CALLIGARIS)

NO DOMINGO passado, Dia dos Namorados, um amigo mandou flores para sua mulher com este bilhete: "Posso ser seu namorado ou continuo sendo apenas seu marido?".

A frase foi bem recebida. É que, para nós, "namorado e namorada" pode ser muito mais do que "marido e mulher". Em regra, nossa cultura romanceia o namoro, mas imagina o casamento como uma tragicômica "tumba do amor".

Na última sexta, na Academia de Ideias de Belo Horizonte, durante um bate-papo com João Gabriel de Lima sobre meu último livro, ao falar de amor e casais, eu propus o seguinte: 1) todos tendemos a amarelar diante de nosso próprio desejo; 2) o casamento nos permite acusar alguém de nossa própria covardia - assim: eu quero fazer isso ou aquilo, mas tenho preguiça e medo; por sorte, agora que me casei, posso dizer que desisto porque assim quer minha parceira; 3) um casal, para valer a pena, não deveria servir para justificar as desistências de nenhum de seus membros; ao contrário, ele deveria potencializar os sonhos e os desejos de cada um dos dois.

Uma mulher me lembrou, com razão, que até esse tal casal que vale a pena pode acabar. E perguntou: por quê? Existe uma sabedoria popular resignada sobre a duração de um casal. Os sentimentos do namoro viveriam, no casamento, uma decadência progressiva inelutável. E os casais continuariam unidos mais por inércia do que por gosto. Alguns dizem que a rotina e a proximidade desgastam os sentimentos. Ou seja, o apaixonamento sempre é fruto de alguma idealização, e de perto ninguém parece ideal por muito tempo. Será que o remédio seria manter a distância para não enxergar as falhas do outro?

Respondo: amar não significa não enxergar os defeitos do outro, mas achar graça neles. Uma amiga perde um celular por semana; ela sabe que uma relação amorosa está acabando no dia em que seu homem, em vez de achar graça na sua desatenção, irrita-se com seu descuido.

Outros acusam o tédio. A novidade (valor mor da modernidade industrial) seria o ingrediente essencial (e, por definição, efêmero) do casal feliz. Ou seja, felizes são só os recém-casados.

Respondo: todos nós, neuróticos, amamos a repetição e a praticamos com afinco. A rotina, portanto, não deveria nos afastar do amor.

Volto, portanto, à pergunta: por que um casal acaba? Levantei a questão no Twitter, e @M_Angela_Jesus me escreveu que, segundo Anaïs Nin, os casais não morrem nunca de morte natural, mas por falta de cuidados, de atenções e de esforços. A citação me levou a pensar nos meus próprios casamentos fracassados; não cheguei a resultado algum, salvo o fato de que não deveríamos chamar necessariamente de fracasso um amor que acaba; erigir a duração em valor é uma ideia perigosa, que pode transformar separações bem-vindas e necessárias em processos laboriosos e infinitos.

No meio dessas reflexões, no domingo, fui assistir a "Namorados para Sempre", de Derek Cianfrance, que me tocou fundo, por ser justamente a história de um amor que não é mais possível. Isso, sem que os protagonistas consigam saber por que "não dá mais": nenhum deles é o vilão da crise, e nenhum deles é capaz de dizer o que está errado e deveria mudar para que o casal tivesse uma chance. A julgar pela idade aparente da filha, o casal do filme dura há mais ou menos cinco anos. Em cinco anos, os namorados que, no primeiro encontro, haviam dançado e cantado na rua, cheios de alegria e de encantamento, transformaram-se num casal de estranhos que se encaram antes de se enxergar. O que aconteceu? Não há resposta. Essa é a força do filme, que acua cada espectador a se perguntar o que foi que aconteceu a cada vez que ele ou ela amou, e o amor se perdeu.

Não é preciso que haja discordância brutal, traição ou desamor para que um casal se perca. Claro, é sempre possível racionalizar e apontar causas: no caso do filme, ao longo dos cinco anos, talvez ela tenha "crescido" profissionalmente (como se diz) e alimente agora ambições que ele não pode compartilhar porque,

para ele, o casamento e a filha continuam sendo as únicas coisas que importam. Pode ser.

Mas talvez o fim de um amor seja um fenômeno tão misterioso quanto o apaixonamento. Talvez existam duas mágicas opostas, igualmente incontroláveis, uma que faz e outra que desfaz.

ccalligari@uol.com.br - Folha de São Paulo, junho de 2011.

Floresta, para que floresta? (DAL MARCONDES)

UM REPÓRTER ANDA pelas ruas de São Paulo com microfone em punho. Para um transeunte qualquer, um moço apressado, de gravata e com o notebook nas costas, e lança a pergunta: "Você sabe em que bioma você vive?" A resposta tem uma lógica cristalina: "Na cidade". Como ele. Milhões de pessoas que vivem em São Paulo não sabem que a região onde a cidade fincou suas raízes é, na verdade, um pedaço do bioma da Mata Atlântica.

Da grande floresta encontrada pelos descobridores em 1500, e que cobria 15% do território brasileiro, com mais de 1,3 milhão de quilômetros quadrados, restaram apenas 102 mil quilômetros quadrados, ou cerca de 7% da área original. Assim como a Mata Atlântica foi quase toda arrancada da paisagem, outros biomas brasileiros também estão em risco pelo avanço da ocupação humana. É por isso que o País precisa de um Código Florestal, um conjunto de leis que garanta a preservação de áreas florestais e de biomas importantes para garantir a qualidade ambiental não apenas nas áreas rurais, mas também nas cidades, que de tão cinzentas e poluídas já dão a impressão de ser um corpo estranho, deslocado da natureza.

Quando os portugueses chegaram ao Brasil, no século XVI, seu principal interesse foi explorar uma árvore especial, de cujo caule sai uma seiva de cor rubra e que era usada para tingir a roupa dos cardeais.

Histórico das Leis

O pau-brasil foi o primeiro eixo de exploração econômica das florestas. Durante três séculos ele foi superexplorado e quase chegou à extinção nas matas costeiras. Este cenário levou à criação da primeira legislação para coibir o uso abusivo dos recursos florestais. Em 30 de janeiro de 1802, foi baixado o Alvará de Regimento das Minas e Estabelecimentos Metálicos, o qual exigia ordem escrita da Administração das Matas e Bosques para a venda de madeiras e lenhas por particulares, ou para se fazer queimadas. Em 1825 uma nova lei passou a exigir licenças para o corte do pau-brasil, de perobas e de tapinhoãs, dando ênfase a madeiras utilizadas na construção. E, de 1843 a 1858, foram criadas leis relacionando as espécies florestais que não poderiam ser exploradas sem consentimento do Estado, neste caso a Coroa Brasileira. Nasce, então, o termo "madeira de lei" para as espécies florestais mais nobres do Brasil.

Uma tentativa de consolidar as leis, normas e costumes relacionados às florestas foi feita em 1934, ainda durante o Estado Novo, quando foi aprovado o Decreto n.º 23.793, já conhecido como Código Florestal, que a história conta que não deu muito certo e entrou para os rol das "leis que não pegaram" no Brasil. Em 1965, já na vigência de uma nova ditadura no País, foi montado um Novo Código Florestal, que explicitava o valor intrínseco das florestas e vegetações nativas, não importando seu valor comercial. Durante mais de quatro décadas essas foram as leis que definiram a relação entre o setor produtivo do agronegócio e as fronteiras florestais.

Este Novo Código foi além de tratar de espécies florestais: definiu o território da Amazônia Legal: "... estados do Acre, Pará, Roraima, Rondônia, Amapá e Mato Grosso e regiões ao norte do paralelo 13º S, dos estados do Tocantins e de Goiás, e ao oeste do meridiano de 44º W, do estado do Maranhão". Esta foi, também, a legislação que, a partir da década de 1980, passou por importantes ajustes. De 1981 é a legislação que regulamentou as Áreas de Preservação Ambiental (APA), classificada para o uso direto dos recursos naturais, assim como as florestas nacionais, reservas extrativistas e as reservas de fauna, onde são permitidas a ocupação e exploração dos recursos naturais. Em 1989 foi finalmente qualificada a legislação sobre Área de Preservação Permanente (APP) - áreas de topo de morro e encostas com mais de 45 graus de inclinação, assim como as áreas de matas ciliares de rios, nascentes, lagos e outros cursos d'água - já presente no Código de 1965, mas que ainda carecia de regulamentação. E a partir de 1998 foi regulamentada a Reserva Legal, que estabelece uma área em cada propriedade rural que deve ser preservada e seu desmatamento é considerado crime. Juntamente com o capítulo de Meio Ambiente da Constituição de 1988, essas leis se tornaram as principais garantias de preservação de biodiversidade florestal no País.

Mudar, para que mudar?

As alterações ocorridas na legislação florestal nas últimas décadas são o principal alvo das críticas feitas pelos representantes do agronegócio em relação ao Código. Praticamente sempre existiram tensões entre ruralistas e ambientalistas a favor ou contra mudanças. No entanto, esse debate se acirrou a partir de

Prof. Lucas Rocha

2009, quando a Câmara Federal passou a trabalhar sobre o assunto e indicou o deputado Aldo Rebelo (PCdoB/SP) para ser relator da Comissão Especial sobre o tema. Nacionalista, Rebelo alegou em seu relatório, entregue aos deputados em junho de 2010, que há "pressões de entidades ambientalistas estrangeiras para impedir o desenvolvimento do Brasil em contraposição à expansão da agricultura e da infraestrutura do País".

Rebelo alertou para a necessidade de ponderar sobre os interesses envolvidos na manutenção da atual legislação, que segundo seu relatório, "preserva mais os interesses econômicos de estrangeiros do que do Brasil", e cita o exemplo da proibição da exportação de produtos florestais e ambientais, que segundo ele poderiam gerar riquezas ao País, mas que estão sendo embargados para a geração de renda no exterior por sua substituição por insumos estrangeiros. Já boa parte dos ambientalistas brasileiros critica a voracidade com que empresários do agronegócio avançam sobre as florestas para a implantação de pecuária e lavoura. "Hoje são 200 milhões de bois no Brasil e 40% disso está na Amazônia. Em 20 anos, 75% de um rebanho estimado em 300 milhões estará naquela região", diz João Meirelles, pesquisador do Instituto Peabiru e especialista em desenvolvimento da Amazônia.

A proposta defendida por Rebelo prevê a flexibilização das regras de preservação a partir de análises de cada propriedade e do tipo de ocupação consolidada. Essas análises deveriam contemplar a viabilidade econômica, ou não, para a recomposição das áreas de reservas obrigatórias, dando espaço para o não cumprimento da atual legislação. Para as Áreas de Preservação Permanente, Rebelo sugere que as restrições de uso sejam mantidas de acordo com o regime atual, salvo aquelas de atividade consolidada, que serão alteradas após o Zoneamento Ecológico-Econômico promovido na esfera de cada estado, obedecidas as exigências de estudos técnicos específicos.

Conflito de interesses

Um dos grandes embates foi a definição dos limites para a preservação de matas ciliares às margens de rios, lagos e outros cursos d'água. Inicialmente propunha-se a redução de 30 metros de largura para essas matas, para 10 metros ou menos. No final esta metragem foi ampliada na proposta de novo Código Florestal, oscilando, dependendo da largura dos rios, de 15 a 30 metros. "A alteração pretende reduzir o prejuízo aos pequenos proprietários em cujos lotes há presença de cursos d'água de pequena largura", argumenta Aldo Rebelo.

A disputa por um novo Código Florestal tem nas organizações da sociedade civil alguns bastiões contra a flexibilização excessiva das regras. Do lado dos ruralistas, a senadora Katia Abreu (DEM-TO) tornou-se a voz em defesa da expansão do agronegócio. Para ela, o Brasil não pode limitar sua produção agrícola sob pena de não conseguir oferecer alimentos na quantidade necessária à sua população. Argumento considerado falso por outros especialistas. O economista polonês Ignacy Sachs, que estuda o desenvolvimento da América Latina, diz que o Brasil pode ser uma "potência da bioeconomia" sem desmatar mais. Ele defende um zoneamento econômico-ecológico de forma a destinar produtivamente os milhares de hectares já desmatados e hoje abandonados. "O Brasil é um dos países- mais propícios à produção de biomassas. Isso tem de ser aproveitado como uma vantagem competitiva e não como desculpa para a destruição da biodiversidade que possibilita esse potencial", diz Sachs.

Ainda em agosto de 2010, antes, portanto, das eleições, durante o lançamento do Movimento Empresarial pela Proteção e Uso Sustentável da Biodiversidade, em São Paulo, a ministra do Meio Ambiente, Isabella Teixeira, disse que pretendia elaborar uma nova proposta de alteração do Código Florestal. A ministra acredita que há radicalizações dos dois lados, tanto dos ruralistas como dos ambientalistas, e que é preciso buscar um meio termo, conciliar os interesses da sociedade e, também, viabilizar as metas defendidas pelo Brasil nas conferências de Copenhague (Dinamarca), onde ficaram estabelecidos os limites de emissão de gases estufa, e de Nagoya (Japão), onde foram acordados compromissos em relação à preservação da biodiversidade.

No momento em que o Brasil ganha uma nova legislação florestal, o importante é que as disputas se encerrem com compromissos claros por parte de ruralistas, governo e ambientalistas de que o novo Código Florestal seja cumprido.

DAL MARCONDES é jornalista, diretor da Envolverde, passou por diversas redações da grande mídia paulista, como Agência Estado, Gazeta Mercantil, Revistas Isto É e Exame. Desde 1998 dedica-se a cobertura de temas relacionados ao meio ambiente, educação, desenvolvimento sustentável e responsabilidade socioambiental empresarial. Recebeu por duas vezes o Prêmio Ethos de Jornalismo e é reconhecido como um "Jornalista Amigo da Infância" pela agência ANDI. **Revista Carta na Escola, junho de 2011.**

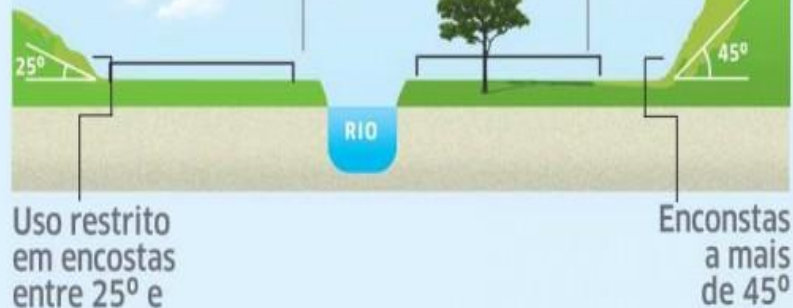
Como é hoje

Reserva legal



APPs

30 metros em cada margem de rio, contados a partir do leito maior (margem cheia)



Compensação

Se um fazendeiro desmatou além do que poderia por lei, ele pode compensar comprando floresta em outra propriedade, desde que na mesma zona (microbacia)

Soma de áreas de APPs e reserva legal

É admitida em alguns casos: por exemplo, um fazendeiro que tenha 80% de sua reserva legal preservada na Amazônia não precisa excluir as APPs da conta

Redução da reserva legal

Pode cair para 50% na Amazônia, exclusivamente para fins de recuperação, nas áreas de floresta indicadas pelo Zoneamento Ecológico-econômico

O que propõe a reforma

Reserva legal

Imóveis de até **4 módulos fiscais** ficarão isentos de reserva legal para fins de recomposição



O governo não concorda, pois isto pode estimular desmatamentos em propriedades maiores; há também o temor de que fazendas sejam fraccionadas para escapar à regulação

APPs

30 metros para rios de até 10 metros de largura, com redução em 50% para fins de recuperação



Agropecuária fica liberada em encostas entre 25° e 45°, excluídas áreas de risco

Será admitido plantio de uva, maçã e café (lenhosas perenes) em encostas acima de 45°